

(Agravado de Instrumento n. 6838, Relator Min. Admar Gonzaga, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Data 10/11/2017)

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CAUSA DE INELEGIBILIDADE. ART. 14, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ELEIÇÕES PROPORCIONAIS. PRIMEIRO SUPLENTE. COLIGAÇÃO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA SIMPLES. DEFERIDO.

1. Segundo o entendimento deste Tribunal Superior Eleitoral, admite-se a intervenção, na condição de assistente simples, do primeiro suplente de candidato ao cargo de vereador, em ações eleitorais que visam impugnar pedido de registro de candidatura ou que objetivam a cassação de mandato ou diploma em eleições proporcionais, nas hipóteses em que, por estarem filiados a partidos políticos coligados, há possibilidade de o pretendo assistente ser atingido pelos reflexos eleitorais decorrentes da eventual cassação do diploma ou mandato do candidato eleito. Precedentes.

(...)

(Recurso Especial Eleitoral n. 106886, Relatora Min. Maria Thereza de Assis Moura, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 123, Data 01/07/2015, Página 7/8)

A presente Representação está fundamentada no art. 30-A da Lei n. 9.504/97 e, conforme parte dispositiva do Acórdão n. 150/2021, a ação foi julgada procedente para cassar o diploma do Deputado J.G.S.A.P. (id. 7688287).

Eventual reforma da decisão deve ser buscada mediante a interposição de recurso ordinário à Corte Superior, tendo em vista que os argumentos trazidos pelo ora peticionante não são passíveis de análise via embargos de declaração, cujo prazo para oposição, aliás, já se encerrou.

Nesse contexto, considerando o intuito de W.P. de O. em atrair para si os reflexos eleitorais da decisão que cassou o diploma de J.G.S.A. P., entendo presente o interesse jurídico do requerente, razão pela qual defiro seu ingresso no feito como assistente simples.

A respeito do pedido de perda do objeto desta Representação em virtude do trânsito em julgado de condenação criminal, não obstante seja tema alheio ao discutido neste incidente processual, a pretensão não merece acolhimento, por força do princípio da independência entre as instâncias.

À Secretaria Judiciária para providenciar a habilitação dos advogados indicados no id. 7868239.

Intimem-se.

Porto Velho, 22 de novembro de 2021.

FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO

Relator

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: SEI N. 0003682-76.2015.6.22.8000 - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

Espécie: Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 12/2016, assinado em 24/11/2021. Contratada: TELEFONICA BRASIL S.A, CNPJ n. 02.558.157/0001-62. Objeto: PRORROGAR EXCEPCIONALMENTE por mais 6 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 12/2016 (evento 0121484), contados a partir de 03/12/2021 até 02/06/2022 (sem impacto no orçamento para despesa com telefonia móvel), em razão da impossibilidade de realizar a nova contratação desde objeto antes do encerramento da vigência do contrato atual. Fundamentação: 57, II, e seu § 4º, da Lei 8.666/93 c/c Cláusula Terceira da Contratação originária. Ato de Autorização: DECISÃO

Nº 257/2021 - PRES/GAPRES, de 16/11/2021. Signatários: pelo Contratante, Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, os Senhores ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA e FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN.

1ª ZONA ELEITORAL

INTIMAÇÕES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600998-94.2020.6.22.0001

PROCESSO : 0600998-94.2020.6.22.0001 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOVA MAMORÉ - RO)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

REQUERENTE : ROSINALDO MENDES PONTES

ADVOGADO : SEVERINO ALDENOR MONTEIRO DA SILVA (33150-B/CE)

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

REQUERENTE : ELEICAO 2020 ROSINALDO MENDES PONTES VEREADOR

JUSTIÇA ELEITORAL

001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0600998-94.2020.6.22.0001 / 001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

REQUERENTE: ELEICAO 2020 ROSINALDO MENDES PONTES VEREADOR, ROSINALDO MENDES PONTES

Advogado do(a) REQUERENTE: SEVERINO ALDENOR MONTEIRO DA SILVA - CE33150-B
SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas de Campanha, relativa às eleições de 2020, apresentada pelo candidato ROSINALDO MENDES PONTES, que concorreu ao cargo de Vereador no município de Nova Mamoré - RO.

Publicado o Edital (ID. 93554748 e ID. 93554749), não foram apresentadas impugnações quanto às contas de campanha (ID. 95191991).

Após a análise, a unidade técnica do Cartório Eleitoral emitiu parecer conclusivo pela aprovação das contas (ID. 98941981).

Instado a se manifestar, o Representante do Ministério Público Eleitoral opinou pelo acolhimento do parecer técnico (ID. 99174725).

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Prestação de Contas de Campanha Eleitoral é normatizada pela Lei nº 9.504/97 e regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução nº 23.607/2019.

No caso em exame, os autos tramitaram pelo rito simplificado (art. 62 e ss, da Res. TSE nº 23.607/2019).

As contas finais foram apresentadas após 15 de dezembro de 2020, mas antes da intimação a que se refere o art. 49, §5º, IV, da Res. TSE nº 23.607/2019, em obediência ao disposto no art. 64, *caput* e parágrafo primeiro da Res. TSE nº 23.607/2019.